

**Por uma
geografia de(s)colonial¹**



Entrevista com Renato Emerson dos Santos

Quem entrevista:

Céline Veríssimo

PPGPPD, CAU e MALOCA / UNILA, ¡DALE! / UFBA

João Soares Pena

UNEB, ¡DALE! / UFBA

Murad Jorge Mussi Vaz

DEAAU / UTFPR, ¡DALE! / UFBA, MALOCA / UNILA





RENATO EMERSON DOS SANTOS

Renato Emerson dos Santos é geógrafo, mestre em planejamento urbano e regional e doutor em geografia, com extenso trabalho sobre as questões étnico-raciais no âmbito da Geografia. Ele começou sua carreira como professor do Pré-Vestibular para Negros e Carentes na Rocinha e na Tijuca, no Rio de Janeiro. Entre 2000 e 2018 foi professor da Faculdade de Formação de Professores (FFP) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), onde também integrou o corpo docente do Mestrado em Geografia. Desde 2018 é professor do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), onde coordena o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Geografia, Relações Raciais e Movimentos Sociais (NEGRAM).

Além de sua atuação como professor universitário e pesquisador, Renato Emerson também integrou a Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), onde assumiu a presidência entre 2012 e 2014. Em seus artigos e livros, ele tem dado uma contribuição fundamental para a discussão sobre políticas afirmativas, além das relações entre questões urbanas, geografia e racismo. Nesta entrevista, Renato Emerson nos conta sobre sua trajetória na academia, a luta pela inserção da temática racial na Geografia, os avanços com relação às políticas afirmativas e seus impactos no contexto universitário e aponta pistas rumo a uma decolonização da Geografia.



Enquanto geógrafo negro, seu trabalho tem sido referencial para discutir a produção do conhecimento geográfico comprometida com questões de raça e racismo na sociedade brasileira. Como você tem construído sua trajetória acadêmica, a despeito do racismo que estrutura nosso país? Quais são as perspectivas teórico-epistemológicas que orientam seu trabalho?

A minha trajetória é marcada, sem dúvida, pelo compromisso com a luta antirracismo como eixo. Este eixo perpassa diferentes inserções que já tive, por exemplo, na universidade fui docente da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) de 2000 a 2018 e a partir de 2018 do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ), na Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) atuei de 1998 a 2018 nas diretorias da Seção Local Rio de Janeiro e da Executiva Nacional ou no Pré-Vestibular para Negros e Carentes, onde, entre 1996 e 2002, atuei nos núcleos Tijuca e Rocinha como professor de Geografia, de Cultura e Cidadania e coordenador. Nestes espaços sempre exercitei o binômio 'construção-disputa', visando a busca da superação do racismo. Creio que daí essa identificação como um geógrafo 'negro': sempre disputei a inserção da temática racial no ensino de Geografia no Pré-Vestibular e na universidade, tive projetos de pesquisa e de extensão, publicações, orientações, proposição e defesa da temática racial em eventos, enfim, um conjunto de ações sempre buscando pautar, difundir e consolidar a temática. Obviamente, eu me defronto a todo tempo com os mecanismos do racismo à brasileira, como o 'mito da democracia racial', expresso em comportamentos institucionais, pareceres de julgamentos de projetos e bolsas, entre outros. Já recebi um parecer até dizendo ser um absurdo eu falar de racismo contra negros, quando no Brasil quem mais sofre racismo são os mulatos 'classificação já superada nos debates científicos sobre a temática racial

LAJE

v.2 n.2
p. 48-85
2023

ISSN: 2965-4904

há décadas, o que diz muito sobre como muitas pessoas na academia lidam com os temas de raça. Enfim, conheci bem as dificuldades de penetração de tal temática nos 'espaços duros' da nossa academia.

Por outro lado, conforme a própria pergunta traz, sou reconhecido como um 'geógrafo' negro. O compromisso com a Geografia é também algo que me pauta e não faço isso de maneira corporativa, mas preocupado em aproveitar ao máximo o que o campo disciplinar pode oferecer à luta antirracismo. Qualquer campo disciplinar, ao constituir uma comunidade epistêmica, envolve idiosincrasias decorrentes de sua dimensão corporativa, autonormativa, potencialmente conservadora, entre outros problemas. Mas, o olhar disciplinar também desenvolve suas especificidades na interpretação de mundo, o que eu vejo como potência. É neste sentido que eu acho que a minha melhor contribuição para a superação do racismo é tensionar e mobilizar a compreensão que eu tenho do campo que eu estudei, me formei, me aprofundei: a Geografia, que para mim é uma leitura do mundo a partir de raciocínios centrados no espaço, expressão que eu adapto de Yves Lacoste (1988). Raça e racismo sempre tiveram relação com o espaço. A raça, um princípio de classificação social de indivíduos e grupos, uma construção social que se planetarizou como dimensão do capitalismo e da modernidade, teve a classificação espacial como suporte - a associação europeus-brancos, africanos-negros, americanos-indígenas e por aí vai.

O racismo como operador e criador dessa classificação para processos de hierarquização e subalternização também serviu para a dominação de territórios, juntamente com os grupos. Então, a Geografia sempre teve relação com isso. É neste sentido que eu sigo as pistas, por exemplo, da Doreen Massey (1993; 1999), uma geógrafa feminista, que aponta a associação entre concepções e sentidos de espaço e de gênero: para ela, a superação do patriarcado e das opressões de gênero necessita da mudança das nossas imaginações de espaço. Eu creio que o mesmo valha para raça e racismo. A superação do racismo e da raça passa pela revisão de noções, concepções e sentidos de espaço. O imbricamento destas coisas aparece em diversas correntes de pensamento que tem comprometimento com a superação desse sistema de dominação que é o racismo e esses autores e autoras, com suas diferenças e mesmo divergências, são referências para mim. De Aníbal Quijano (2010), Ramón Grosfoguel (2010), Walter D. Mignolo (2003), Agustín Lao-Montes (2007) e Catherine Walsh (2002), identificados com a perspectiva descolonial, até gente da Geografia como Katherine McKittrick (2011), enfim, pessoas e correntes que buscam leituras que articulam relações de dominação, exploração, hierarquização e subalternização,

evidenciando a diversidade de experiências subalternas no capitalismo. Eu me vejo nesse projeto como que buscando uma continuidade da virada crítica da Geografia, da qual no Brasil o principal expoente foi Milton Santos, mesmo com as diferenças teóricas e epistemológicas entre eles. Como nos apontam as feministas negras, como, por exemplo, bell hooks (2015) ou Kimberlé Crenshaw (2017), o conhecimento não pode ser cego em relação aos seus efeitos de poder e nisto creio que as diferenças entre essas referências tenham mais a ver com os regimes de poder e visibilidade das lutas em cada contexto do que muralhas teórico-conceituais. É assim que eu me movo entre as referências.

Na apresentação do livro 'Questões urbanas e racismo' (SANTOS, 2012) organizado por você, publicado em 2012, você afirma que durante a graduação e a pós-graduação, na década de 1990 e meados dos anos 2000, foi desencorajado a estudar a segregação socioespacial de base racial. Sobre tudo na última década houve um aumento da produção acadêmica entre pesquisas, livros e artigos que discutem como raça e racismo são estruturantes também na configuração das cidades. Como você avalia o contexto atual em comparação com os anos 1990 e 2000?

Sim, isto é verdade. O fato é que naquele momento a universidade não era aberta para essas temáticas. Hoje há um pouco mais de abertura — que ainda não é total, pois ainda há muitas resistências tanto na forma de negação dos temas quanto na forma da aceitação destes —, mas rejeição de perspectivas teórico-epistemológicas que permitam realmente tratar e aprofundar as questões. Mesmo com essa inflexão conservadora que estamos passando nos últimos cinco anos, temos hoje a possibilidade de disputar.

Esta abertura que temos hoje é resultado da luta antirracismo do Movimento Negro Brasileiro, que vem protagonizando a publicização do debate sobre o racismo no nosso projeto de nação e suas consequências sociais, que vem mudando a composição racial da universidade brasileira. As conquistas do Movimento Negro nas últimas décadas, como as políticas de democratização do acesso à universidade, têm colocado mais pessoas negras nos espaços acadêmicos e com essas pessoas vêm também suas preocupações e perspectivas de pensamento e conhecimento. Há também todo um conjunto de políticas públicas de promoção da igualdade racial e superação do racismo reposicionando o debate racial na sociedade brasileira. Essa publicização da crítica das nossas relações raciais, denunciando o racismo, seus fundamentos e resultados sociais injustos e desiguais abre espaço e necessidade de estudos. A temática

da segregação e as dimensões raciais na configuração das nossas cidades entram nesse bojo, como objeto de provocação pela luta antirracismo. Mas, um aspecto que extrapola essa temporalidade de lutas que eu mencionei é a luta do Movimento Negro por disponibilidade e qualidade de dados e bancos de informações, que tem um impacto importante, sobretudo nos estudos sobre segregação racial. Com efeito, as lutas pela implementação e qualificação do quesito cor/raça em levantamentos e cadastros, desde a década de 1970 (importante mencionar o apoio de pesquisadores/as não-negros nessa empreitada), bem como o avanço na produção e disponibilização informatizada desses dados por órgãos como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) nos permitiram também fortalecer tais leituras racializadas da cidade. Trabalhos importantes, como o de Antônia dos Santos Garcia (2009), nos permitiram, através de cruzamentos estatísticos, ver a correlação entre as concentrações de populações não-brancas e a baixa oferta e/ou qualidade de infraestrutura e serviços públicos, nos mostrando uma nuance da estrutura urbana das cidades brasileiras. Junto com outros estudos, mudou a nossa visão sobre os padrões de segregação racial no Brasil: ao invés do debate sobre haver ou não haver segregação ou das antigas medições de indicadores como dissimilaridade, com comparações de taxas e graus de segregação frente aos Estados Unidos da América e à África do Sul, agora podemos ver padrões próprios da nossa sociedade.

Cabe também ressaltar que a própria luta antirracismo do Movimento Negro coloca a cidade como objeto de disputa necessário para a superação do racismo. Isso se dá na forma da crítica racial, ou melhor, a crítica da desracialização que empobrece política e analiticamente compreensões e políticas urbanas. Isso vale quando pensamos na estrutura urbana, como o tema da segregação que cruza classe, raça e também se generifica. Experiências de urbanização de favelas na década de 1990 em Santo André, conforme registram Maria do Carmo A. A. Carvalho e Matilde Ribeiro (2001), já buscavam incorporar raça e gênero nas políticas de geração de emprego e renda, educação, saúde, entre outros. Vale também quando pensamos a racialização de experiências do espaço urbano, este espaço multifacetado, que envolve dimensões materiais, relações que acionam o corpo e corpos racializados como negros são os mais alvejados segundo as taxas de violência letal armada. A luta antirracismo disputa tais políticas urbanas de segurança pública. Esse espaço urbano também envolve dimensões simbólicas, através de gramáticas racializadas do ambiente construído, por isso o Movimento Negro disputa políticas de patrimonialização de bens vinculados à cultura e memória negras. Por exemplo, no Rio de Janeiro, a Pedra do Sal foi reconhecida como patrimônio na esfera estadual nos anos 1980, por luta do Movimento



Negro com marcante protagonismo do historiador Joel Rufino dos Santos (VENTURA, 2016), se tornando o primeiro marco de referência de uma parte da cidade. Nas décadas seguintes, com descobertas histórico-arqueológicas como o Cemitério dos Pretos Novos e do Cais do Valongo (o porto das Américas que mais recebeu africanos sequestrados e traficados para serem escravizados em todo o ciclo de quase quatro séculos de escravidão), essa região vem sendo reivindicada como Pequena África. Estamos falando de uma disputa de lugar, que mobiliza diversos repertórios de ação do movimento social, que impõe ao campo dos estudos urbanos ampliar e diversificar estudos e ferramentas de interpretação das formas como raça, racismo e antirracismo produzem configurações nas cidades. Portanto, se vemos no contexto atual uma maior abertura na produção acadêmica sobre a cidade para tais temáticas, isto se deve à articulação desse conjunto de iniciativas e conquistas do Movimento Negro Brasileiro.

No texto 'Que tal raza!', Aníbal Quijano (1999) define a raça como o instrumento de dominação mais eficaz inventado nos últimos 500 anos. Já na antologia 'Habitar la frontera: Sentir y pensar la descolonialidad' Walter Mignolo (2015) explora, em um dos capítulos, a relação entre a localização geográfica e a subalternização dos conhecimentos, incluindo espaços geográficos e localizações epistemológicas. Ao se debruçar sobre a produção do conhecimento geográfico, como você considera que o conceito de raça tem sido mobilizado? Quais são os desafios para o enfrentamento da hegemonia moderno-colonial?

Esta pergunta reúne duas referências, propondo a articulação entre raça, localização geográfica e localização epistêmica como sistemas classificatórios enredados em relações de opressão e poder. Tal articulação é muito importante na perspectiva descolonial de análise e creio que já aparecia com outras formulações em autores considerados precursores da crítica à colonialidade, como Franz Fanon (1979) e Albert Memmi (1977), para ficar em poucos exemplos. Aparecia também em outros autores e autoras não tão conectados com a análise descolonial. Por exemplo, no início da década de 1980, no livro 'Pan-Africanismo na América do Sul: emergência de uma rebelião negra', Elisa Larkin Nascimento (1981) (que é viúva e na época era casada com Abdias do Nascimento) criticava a ideia de 'preconceito de marca', de Oracy Nogueira, de que no Brasil o preconceito racial era mais centrado nas características do fenótipo corpóreo. A autora apontava que antes da negação do corpo negro já havia se estabelecido em nossa sociedade uma negação de todo o passado africano, seus conhecimentos, suas construções e contribuições para a humanidade. Ela mostrava, com sua formulação, a complexidade do racismo: um sistema de dominação que mobilizava tanto aspectos

do corpo (as concepções que Pierre-André Taguieff, em 1977, chama de 'materialistas/biologizantes') quanto da cultura (que Taguieff chama de 'espiritualistas/culturalistas'). Trazendo para a pergunta, ela mostrava a indissociabilidade entre raça, localização geográfica e localização epistêmica, três construções sociais de classificações hierarquizantes, mobilizadas em relações de dominação e opressão.

Considero a perspectiva descolonial frutuosa por essa proposta de complexificação dos eixos de relações de dominação e poder, que faz transparecer o inegável eurocentrismo das nossas matrizes. A Geografia, enquanto campo disciplinar, precisa fazer essa autocrítica, com uma releitura da sua própria história e contribuições para este projeto de poder. A Geografia lastreou e absorveu o projeto eurocêntrico. Ok, o próprio surgimento e desenvolvimento da disciplina é parte dele, ou seja, ela é fruto dele. Mas, a ciência e cada disciplina também são sempre arenas de disputas, onde sujeitos partidários de projetos de mundo diferentes e antagônicos disputam as práticas e as normas de conhecimento que se tornarão hegemônicas. Portanto, a relação entre o projeto eurocêntrico de mundo e o surgimento e desenvolvimento da disciplina não pode ser tomada como uma determinação automática do que a disciplina se torna em cada contexto. Este é um primeiro desafio para o enfrentamento da hegemonia moderno-colonial, é a desnaturalização da compreensão do que o conhecimento científico (e seus campos disciplinares) se tornou.

Não apenas geografias produzidas nos (e para) os países centrais abraçaram o eurocentrismo, mas também as periféricas, durante muito tempo, e a forma do tratamento de raça foi central nesse aspecto. Quando eu pesquisava sobre o tratamento da temática racial no ensino de Geografia, encontrei um livro didático de 1944, de autoria de Moisés Gicovate (1944), voltado para a primeira série ginasial (o que hoje equivaleria talvez ao 6º ano do Ensino Fundamental, ou seja, crianças por volta de 11 ou 12 anos de idade), que dava um bom exemplo do que durante muito tempo predominou na disciplina. Numa parte sobre população, ele tinha um capítulo dedicado à 'classificação das raças', no qual apontava que 'Para termos uma boa classificação das raças, não basta tomar em consideração um só caráter racial. É preciso considerar um grupo de caracteres' (GICOVATE, 1944, p. 106). Quais eram esses 'caracteres' articulados? Peguemos os exemplos: 'A *raça branca ou caucásica*, por se crer que é originária do Cáucaso, onde existem os representantes mais puros, é também denominada *raça intelectual*. Caracteriza-se pela pele branca, rosto oval, cabelo liso ou ondulado, corpo bem proporcionado, inteligência bem desenvolvida, e civilização superior' (GICOVATE, 1944, p. 107). Ele continua apontando que 'É a raça mais numerosa e espalhada. Habita



quase toda a Europa, a Ásia ocidental, a África setentrional, e ocupa as zonas temperadas das duas Américas e da Austrália' (GICOVATE, 1944, p.107). Vemos aí, nitidamente, a forma como se articulam raça, localização geográfica e localização epistêmica. Vejamos outro exemplo para reforçar: 'A *raça negra* ou *etiópica*, também denominada *raça afetiva*, caracteriza-se pela pele preta, nariz achatado, lábios grossos, cabelos encarapinhados, civilização rudimentar' e continua: 'Habita a África central e meridional, e as Américas, para onde os negros foram trazidos como escravos' (GICOVATE, 1944, p.107). Emerge aí, de maneira inegável, a articulação entre os três princípios classificatórios (raça, localização geográfica e epistêmica) como ferramentas de produção de hierarquias ' a oposição entre 'civilização superior' e 'civilização rudimentar' não deixa margem para dúvidas.

Para mim esse exemplo é crucial, em primeiro lugar, porque mostra como uma disciplina escolar, ou seja, um conhecimento que é não só legitimado pelo seu caráter 'científico' como também é objeto de difusão social, inculcação coletiva e conformação do imaginário social considerado 'esclarecido' (!) foi, durante muitas gerações, uma ferramenta de produção e reprodução do racismo. Trabalhos dos geógrafos 'acadêmicos' da época também reverberavam tais posições, associando superioridade racial e civilizacional do branco/europeu. Negros e indígenas em nosso país sentiram os efeitos de poder de tal visão, por isso o nosso processo de industrialização e suas transformações territoriais (integração, urbanização, migrações internas, expansão da fronteira e modernização da agricultura, por exemplo) foram tão nocivos para esses grupos, levando ao extermínio e expulsão de muitos e assimilação subalternizante de outros. Comunidades inteiras e seus saberes, modos de vida, práticas e culturas foram, assim, desqualificadas, lidas e valoradas (ou seja, desvalorizadas) pelo que elas não tinham. Não temos como enfrentar a hegemonia moderno-colonial sem passar a limpo o papel e os efeitos de poder do nosso conhecimento.

Em segundo lugar, esse exemplo mostra o papel da disciplina na construção e legitimação do que podemos chamar de um 'sentido fixo' de raça, uma forma de classificação estática, que associa determinadas características (físicas, psicológicas, sociais, culturais etc.) a um grupo humano delimitado por fronteiras rígidas de classificação. Este sentido fixo é a base de uma compreensão essencialista, na qual todos os indivíduos pertencentes a um determinado grupo são, necessariamente, portadores de todas as características do grupo e sujeitos a todas as imputações das localizações sociais e epistêmicas que o projeto hegemônico de sociedade e sua estrutura social decorrente legam ao grupo. Esse sentido fixo e essencialista nos dificulta compreender

processos complexos do racismo. Aqui, defendo que o racismo é dinâmico e mais complexo e, dialogando com Aníbal Quijano (2010), ao invés de pensarmos em classes (raciais), devemos nos deslocar para compreender processos complexos de classificação (racial). Assim, defendo que o racismo se pluraliza e extrapola os indivíduos e grupos fenotipicamente identificados como negros (que são o meu foco, mas poderia também estender o raciocínio aos indígenas). Como princípio básico de classificação social da população mundial na modernidade/colonialidade, o racismo conecta classificações e hierarquizações de culturas, saberes, matrizes de espiritualidade/religiosidade, línguas (e formas de expressão), entre outras. É neste sentido que eu me aproprio do conceito de 'racialização', como a imputação das lógicas do racismo (classificação, hierarquização e subalternização) através de associações complexas de raça a indivíduos e grupos identificados com matrizes e posições (sociais, culturais, religiosas, epistêmicas etc.) dos grupos subalternizados ' em particular, os negros.

O racismo, assim, se pluraliza na forma do racismo religioso, ambiental, cultural, entre outras nuances. Essa complexificação das fronteiras classificatórias nas práticas cotidianas nos desafia, mas precisamos buscar explicações para situações como a destruição de terreiros de candomblé e violências físicas, mesmo quando lideranças (pais e mães de santo) e praticantes não são negros. Comunidades cujas matrizes culturais (seja de relação com a natureza, de espiritualidade, entre outras) não se encaixam nos padrões hegemônicos eurocentrados são subalternizadas e isto pode significar o não reconhecimento de existências, de direitos, a sujeição a formas específicas de violências simbólicas e físicas agudizadas.

Uso o conceito de racialização, portanto, num sentido (ou, efeitos de poder) diferente do que alguns intelectuais utilizaram quando, nos anos 2000, emergiu o debate sobre as cotas. Aqueles o utilizaram para negar raça e racismo, apontaram a complexificação e fluidez de fronteiras classificatórias no Brasil como atributos que impossibilitavam a adoção de políticas afirmativas, segundo eles, com consequências perigosas e perversas, tipo de argumento bem mapeado por Albert Hirschman (1992) em seu livro 'A retórica da intransigência'. Eu o advogo como chave para compreendermos processos complexos, diversos, mas com resultados sociais nítidos, frequentes, bem previsíveis e demarcados. É neste sentido que uma compreensão mais complexa do racismo passa, necessariamente, por uma imaginação de espaço também aberta, relacional.



Na geografia, não somente a escolha do que representar, mas sobretudo como representar é fundamental para tornar visível ou invisibilizar determinadas questões. Como a cartografia tem sido utilizada, nas mais variadas formas (dos livros escolares aos planos diretores) para invisibilização de determinados grupos sociais no território?

A cartografia, como principal ferramenta discursiva da representação espacial, tem sido um dos meus temas preferidos. Acredito, inclusive, que esse meu interesse tenha sido fortemente despertado não na minha graduação em Geografia, mas na pós-graduação, especificamente nas aulas que tive no mestrado e no doutorado com a professora Ana Clara Torres Ribeiro, uma interlocutora direta de Milton Santos e, apesar de socióloga, sempre super atenta às dimensões espaciais das relações sociais. Uma reflexão que ela fazia era sobre as compreensões espaciais da ação social, que virou tema do meu trabalho de doutorado. Tive aula com ela no período em que ela estava iniciando o trabalho sobre 'Cartografias da Ação Social' e acabei também me interessando pelas representações espaciais da ação e pelo desafio de pensar a ação a partir de raciocínios centrados no espaço. Ali, a crítica à cartografia como uma ferramenta de invisibilização através do congelamento do tempo, do movimento, da ação, em representações que alegavam 'privilegiar o espaço', entendidas como se fossem dimensões opostas, aguçou a minha percepção. A crítica de Yves Lacoste (1988) da apropriação e controle da representação e da cartografia pelos Estados, forças militares e corporações capitalistas, configurando a Geografia como um saber estratégico negado aos demais sujeitos, me pareceu, então, ser um raciocínio a ser mais mobilizado. Nos dois anos seguintes ao meu doutoramento, iniciei, então, dois projetos de pesquisa nos quais busquei incorporar tais críticas como parte fundamental das minhas hipóteses de trabalho e creio que, através deles, eu consigo encadear uma resposta para a pergunta.

Um projeto que intitulei 'Cartografagens da ação e dos conflitos sociais: análise comparativa de observações e representações do espaço-tempo do fazer político' foi onde essas questões foram mais evidentes. Nele, parti da curiosidade que me despertaram as cartografias que eu identifiquei na minha tese de doutorado, cartografias sobre movimentos sociais, mas muitas feitas por movimentos, com movimentos e para movimentos. Percebia que, cada vez mais, a cartografia era um instrumento mobilizado por lutas sociais de grupos socialmente desfavorecidos e subalternizados, que denunciavam que os mapas produzidos por atores hegemônicos eram marcados pela produção de não-existências: conflitos, sujeitos, relações, formas de existir, práticas sociais e culturais, experiências de espaço, um amplo conjunto de aspectos da

realidade social eram apagados em nome do 'rigor científico'. A operação que meus colegas cartógrafos chamam de 'redução' da realidade na produção cartográfica, a escolha do que (além de 'como') é representado era denunciada como o exercício do privilégio epistêmico e de poder na produção da representação, de escolher a partir de experiências e posições sociais específicas os aspectos que são representados e generalizados nos mapas. Foi assim que, interrogando a produção cartográfica como um processo de poder, grupos começaram a praticar e reivindicar outras formas de relação entre produtores cartográficos e os sujeitos cartografados. Daí apareceram diversas experiências autodenominadas participativas, colaborativas, situacionais, contra-mapeamentos, entre outros termos. Algumas delas denunciavam o eurocentrismo das matrizes das representações, sobretudo nas convenções cartográficas. Percebi, então, uma outra dimensão: além de subverter o uso (da dominação, pelos agentes hegemônicos, para a resistência dos subalternizados), atores questionavam o processo cartográfico (como operações de poder) e o objeto cartográfico (como portador de matrizes culturais eurocêntricas). Assim, propus uso, processo e objeto como três dimensões de tensionamento contra-hegemônico nessa politização da cartografia (SANTOS, 2011). Os trabalhos do projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, liderado pelo antropólogo Alfredo Wagner Berno de Almeida (1994), bem como a cartografia crítica de John Brian Harley (2009) foram referências fundamentais nesta pesquisa.

Meu percurso investigativo me indicou, portanto, que a cartografia, além de ser instrumento de luta, também estava sendo transformada em objeto de disputa. Esses grupos estavam disputando também as normas e as formas de produção cartográfica. Falar de participação, colaboração e de convenções cartográficas significa disputar as regras de validação do saber cartográfico. Além disso, começamos a identificar e olhar a criação de instrumentos de produção cartográfica: se, de um lado, grandes corporações tecnológicas (Google, Apple ou mesmo específicas da cartografia, como a Esri) criavam ferramentas e as difundiam com estratégias agressivas, de outro, coletivos de ativistas começaram também a produzir ferramentas abertas e colaborativas, *softwares* e bases que permitem aos usuários mais que a aplicação do instrumento (como, por exemplo, a plataforma colaborativa *OpenStreetMap* ou o software *Map-O-Matix*). Esta batalha tecnológica na produção cartográfica vem sendo perdida, é verdade. As grandes corporações não apenas transformaram seus vultosos investimentos em ferramentas de produção cartográfica cada vez mais intuitivas, bem como interfaces amigáveis que facilitam aos usuários. Assim, conseguiram difundir-las não apenas entre 'usuários comuns', mas também nos próprios campos de ativismo social: grande parte das lutas sociais faz seus mapas utilizando, principalmente, as ferramentas do



Google. Eles multiplicaram os usos das ferramentas de geolocalização, difundindo aplicativos de navegação que orientam comportamentos de motoristas, pedestres, viajantes e trilheiros. Essa 'orientação' muda sensivelmente as nossas experiências e sentidos de espaço, visto que cada vez desenvolvemos e compartilhamos menos referenciais de orientação como saberes nossos, resultantes de nossas experiências e práticas de espaço, aquilo que Michel de Certeau (1994) chamava de 'relatos de espaço'. Abrimos mão de acumular esses saberes, que envolvem referenciais espaciais e as relações que nós construímos com cada lugar, para aceitarmos as rotas que nos são informadas pelos aplicativos.

Além dessa face visível, a geolocalização passou a estar presente em praticamente todos os aplicativos, websites etc., capturando dados de usuários através do rastreamento de contatos. Isto é apropriado economicamente (como direcionador de propagandas), mas também se conecta com monitoramentos de padrões de comportamento. Por um lado, esses monitoramentos criam novas 'cartografias invisíveis', leituras espaciais dos nossos comportamentos que não nos são mostradas, além do mapa de deslocamento individual que o Google gera pelo seu histórico de localização. Agora no contexto da COVID-19, vemos os tais 'índices de isolamento social' que são divulgados como números, mas que, obviamente, geram mapas de circulação individual e coletiva, que não nos são visibilizados, como 'cartografias ocultas'. Obviamente, aí entram também as novas formas de manipulações políticas e de subjetividades. Temos aí novas arquiteturas de poder comunicacional, para as quais a cartografia é central. Eu gosto de utilizar um termo que Milton Santos (2000) usava para pensar nas estruturas de dominação das grandes corporações na globalização e adaptá-lo para essa situação, então eu chamo essas arquiteturas de 'globalitarismos cartográficos' (SANTOS, 2011).

Eu também iniciei um projeto sobre a temática racial no ensino de Geografia intitulado 'A Lei 10.639 e o ensino de Geografia'. Nele, a representação cartográfica, como parte fundamental das nossas 'imaginações espaciais', também teve um papel crucial. Foi da crítica à construção dessas imaginações na inculcação de ideários de país e nação através da cartografia que eu comecei a cunhar a noção de 'branqueamento do território' (SANTOS *et. al.*, 2018). Analisando o ensino sobre a formação do território brasileiro me deparei na prática com o que o geógrafo argentino Marcelo Escolar (1996), em seu livro 'Crítica do discurso Geográfico', nos aponta: o ensino de Geografia como o exercício da doutrinação patriótica. Mas, o foco do meu debate era a dimensão racial dessa doutrinação, pensando de que maneiras a Geografia lastreava o racismo e a colonialidade. O que me chamou a atenção? Algumas das imagens de espaço

da formação territorial do Brasil, fixadas por nós professores a partir do ensino de Geografia, inegavelmente, tinham um sujeito epistêmico bastante preciso: o branco. Todos temos na cabeça a imagem do mapa do Tratado de Tordesilhas, todos temos na cabeça a imagem da divisão da parte portuguesa neste tratado com a divisão das capitanias hereditárias. Mas, não temos na cabeça e nem em nenhum livro didático um mapa com localizações e territórios indígenas. Por essa cartografia que nos é inculcada parece que ou não havia indígenas no território dividido pelos ibéricos ou havia, mas os indígenas não se fixavam, nada construíam e não controlavam nenhuma porção do território. Mais ainda, parece que, ao dividir em capitanias, os portugueses ocupavam, dominavam, controlavam, utilizavam todas as porções daqueles territórios. Uma verdadeira operação de apagamento epistêmico de indígenas e, posteriormente, de quilombolas. O sujeito epistêmico dessa narrativa é o branco. Daí eu começar a propor que, além de um projeto de branqueamento da população, hegemônico entre os séculos XIX e meados do XX, tivemos e vivemos um ininterrupto processo de branqueamento do território em três dimensões: branqueamento da ocupação, com a dizimação, expulsão ou incorporação subalternizante dos não-brancos; branqueamento da cultura, com a imposição de matrizes eurocêntricas de relação com a natureza, sociabilidades, hábitos e normas; e branqueamento da imagem, que é o centramento das narrativas territoriais (nacional e locais) a partir da chegada e do lócus epistêmico branco. Para este último, o jogo de visibilização e invisibilização da cartografia é crucial.

O giro decolonial traz no cerne de suas discussões o conceito de raça, no entanto, a maior parte de suas reflexões não se debruçam sobre o espaço. Neste sentido, quais poderiam ser as contribuições do giro decolonial para pensar o espaço a partir de uma perspectiva latino-americana?

Eu vejo o giro descolonial como uma proposta de perspectiva analítica, epistêmica e política. Para mim, o conjunto de autores e, num segundo momento, também autoras ' que trazem importantes críticas inclusive a essa masculinidade hegemônica do grupo inicial e seus efeitos epistêmicos, como Segato (2012) e Lugones (2014) -, filiados a esta perspectiva, por ser heterogêneo, a torna uma perspectiva aberta, apesar de um núcleo comum de premissas. Uma premissa importante, que aparece com diferentes formulações, é a articulação de diferentes eixos e dimensões das relações de poder na planetarização do capitalismo. Vou tomar dois exemplos para ilustrar a construção do argumento. Primeiro, a formulação de Aníbal Quijano (2010) do conceito de 'heterogeneidade histórico-estrutural', noção que primeiramente enfrenta leituras etapistas



da história das lutas de classes (como se a cada período histórico correspondesse apenas uma forma de relação de exploração), apontando a coexistência articulada de formas como assalariamento, escravidão, servidão, entre outras. Mais do que isso, a partir desse conceito Quijano vai propor considerar também coexistentes, associadas e horizontalmente importantes as relações de exploração, opressão e dominação ' num contraponto às hierarquizações entre elas, como a que as discernia entre infra-estrutura e superestrutura. É assim que ele propõe que raça, classe e gênero, além da localização geográfica, matrizes culturais e de conhecimento, são todas centrais para o capitalismo. Um segundo exemplo é a formulação de Ramón Grosfoguel (2010) no uso do conceito de 'heterarquia', que é o enredamento de hierarquias de poder, que ele busca do grego Kiriakos Kontopoulos (1993). Grosfoguel fala de nove hierarquias, entre as quais classe, raça, gênero, sexualidade, centro-periferia, conhecimento, espiritualidade etc., e nessa formulação não há hierarquia entre as hierarquias.

Portanto, apesar de apontar a raça como o critério básico de classificação social da população mundial, princípio organizador das formas de exploração da força de trabalho e das relações entre matrizes epistêmicas e de espiritualidade, creio que os conceitos de heterogeneidade histórico-estrutural e heterarquia não podem ser ignorados nas formulações desses autores. Então, eu diria que o espaço é, sim, um aspecto central para a perspectiva do giro descolonial. Talvez pela influência da Teoria da Dependência, as relações centro-periferia impõem na perspectiva descolonial uma centralidade ao espaço. Ela faz emergir as dimensões espaciais como chave para as relações de classe e, na perspectiva descolonial, isso vale também para raça, gênero e sexualidade, cultura em suas diversas nuances, matrizes de conhecimento, construções institucionais. Para todas essas relações a localização aparece como uma dimensão do social imprescindível nas análises das dominações.

O enredamento dessas relações produz formas espacialmente contextualizadas de dominação, de poder e de comportamentos também. Essa dimensão dos comportamentos, enfocada principalmente a partir do conceito de *habitus* do Pierre Bourdieu (1989), que é uma leitura de como as estruturas sociais são incorporadas e 'executadas' pelos indivíduos, faz uma aproximação dessa compreensão com os discursos performáticos. Em alguns trabalhos, eu tensionei essa relação a partir do conceito de 'posição'. A sua polissemia inclui um atributo de localização à posição que você 'ocupa', conectando-se com imaginações de espaço geográfico, a *imago mundi*, que projeta o espaço como a superfície terrestre, aproximando o sistema de coordenadas cartográficas como forma de definição de localização e de lugares, o que David Harvey

(1980) apreendeu como o 'espaço absoluto'. A inculcação dessa *imago mundi* através da cartografia, do mapa mundi utilizando a projeção de Mercator e suas distorções com a ampliação do Norte em geral e da Europa em particular, já vem sendo bastante criticada. Mas, ela tem outro componente que é a divisão do mundo em estados, algo que nos é apresentado nas séries iniciais da nossa escolarização como 'mapa mudo', que de mudo não tem nada. Ele nos ensina a naturalizar algo que a perspectiva descolonial critica, que é essa constituição e difusão planetarizada de um sistema interestatal de organizações institucionais de gestão das sociedades, uma formulação que Immanuel Wallerstein (1988) trouxe na sua concepção de 'sistema-mundo'. Aprendemos sobre posição já sendo ensinados sobre a nossa posição num mundo organizado dessa forma, como se não houvesse outras possibilidades, como se povos que se organizam de outras formas não existissem ou, conseqüentemente, não tivessem legitimidade territorial neste mundo.

Por outro lado, posição diz respeito também a um atributo de ação, ou seja, a posição que você 'toma' como sujeito. Isso aparecia no debate marxista através da relação entre condição e posição de classe, por exemplo. O fato é que a tensão entre essas duas acepções de posição aponta para as possibilidades de descentramento da relação entre sujeito e espaço, o que nos devolve à condição de heterogeneidade a que Quijano alude: um sujeito do/no Sul pode tomar posição, performar como se fosse do Norte, assim como um sujeito da/na periferia pode agir como se fosse do centro. Desse modo, tais padrões são fundamentais para as cadeias de relações de poder enredadas do capitalismo. Na dimensão epistêmica, a emergência do debate sobre 'lugar de fala' (RIBEIRO, 2017), longe de ser um neodeterminismo de base fenomenológica, uma nova forma de indicar que o lugar determina a fala e a posição de sujeito, é uma conquista, um atributo de disputa, que mostra a complexidade desta discussão. É sobre espaços relacionais, no dizer de Harvey (1980), que estamos falando. Por isso que eu creio que o giro descolonial traz o espaço para o centro da compreensão do mundo, mas tensiona concepções de espaço. Aí a crítica às Geografias mais tradicionais e seu papel nessas dominações também ganha importância.

Como raça, em sua condição de constructo social, pode ser acionada a partir de uma abordagem geográfica para entender as questões socioespaciais, políticas, econômicas e culturais contemporâneas?

Conforme aponte, um primeiro passo é mostrar como a construção de raça foi historicamente lastreada por compreensões de espaço e pela Geografia, em famílias de conceitos que enredavam leituras de mundo, de si e do outro. Noções de identidade,



diferença e alteridade são moldadas, reproduzidas e inculcadas tendo a Geografia como uma ferramenta, o que provoca nosso campo a repensar os efeitos de poder do nosso conhecimento. Mas, este conhecimento também pode ser instrumento para lutas emancipatórias, por isso o valorizamos. Então, além da releitura crítica e de uma postura de vigilância - teórica e política, portanto epistêmica -, a pergunta nos remete ao desafio de pensar como mobilizar esse conhecimento a favor da luta antirracismo. Aí, a esta primeira tarefa, que é desvendar, denunciar e subverter as relações entre raça e Geografia, junta-se outra, que é pensar e desenvolver as relações entre a Geografia e o racismo, para além do antirracismo.

Nesse sentido eu venho propondo pensar em geo-grafias das relações raciais, o que compreende raça, racismo e antirracismo. Meu objetivo vem sendo propor e desenvolver leituras das relações raciais a partir de raciocínios centrados no espaço, compreender espacialidades de raça, racismo e antirracismo, tomando como ponto de partida a ideia de que as relações raciais se dão no espaço, com o espaço e também grafam o espaço. Tenho sistematizado esta minha agenda, neste sentido, em três exercícios analíticos. Em primeiro lugar, uma leitura de como as relações raciais grafam o espaço, produzem grafias espaciais; em segundo, como as relações se dão 'com' o espaço, ou seja, tem no espaço uma dimensão constitutiva delas. Nesse sentido, eu busco compreender formas de organização espacializada das relações raciais. Em terceiro, venho tentando também investigar geografias do antirracismo, ou seja, leituras espaciais da ação antirracista através da ideia de 'repertórios espaciais da ação' do Movimento Negro. Vou falar um pouco de cada exercício.

O primeiro exercício busca identificar e analisar formas como as relações raciais grafam o espaço, produzem grafias espaciais. Milton Santos (2002) dizia que o espaço é uma acumulação desigual de tempos e isto significava dizer que ações, relações, processos, fenômenos, eventos, criam grafias no espaço. Estas grafias dizem respeito, por exemplo, a formas de estruturação e organização do espaço, como a segregação racial no espaço urbano. Esta temática tem nos remetido a (i) formas de relação entre raça e classe (o quase exclusivismo da brancura nas áreas ricas é traço marcante, assim como a correlação entre maiores proporções de populações não-brancas e precariedades de infraestrutura, serviços públicos, impactos ambientais e qualidade urbana); (ii) ao papel das políticas públicas (remoções, localizações periféricas das produções de imóveis nas políticas públicas de habitação); e (iii) dos comportamentos de agentes de mercado: temos analisado, por exemplo, como peças promocionais de empreendimentos imobiliários para classes média e alta promovem imaginários de

lugar marcados pela brancura e por padrões eurocêntricos. Olhar a segregação nos impõe pensar como o racismo se atualizou como regulador de relações na sociedade brasileira como um dado da urbanização que acompanhou o processo de industrialização do século passado (e não apenas como 'herança do passado escravista'), porque vemos os mesmos padrões se desenhando em cidades com quatro séculos e cidades fundadas no próprio século XX.

Nesse sentido, temos dedicado esforços ao papel de grandes transformações urbanas, pelo poder público e pelo capital, provocando o que a literatura crítica chama de gentrificação, mas que atentamos como sendo processos de branqueamento ' da ocupação, da imagem e de matrizes culturais de lugares nas nossas cidades, como temos visto na Zona Portuária do Rio de Janeiro. Este é um exemplo, mas nessa toada de identificar grafagens espaciais das relações raciais também abrangemos (i) territórios e territorialidades negras, como das comunidades quilombolas e outras comunidades tradicionais, suas diversas formas de relação com a natureza e regimes fundiários, como as 'terras de preto', 'terras de santo', estudadas pelo Alfredo Wagner Berno de Almeida (2006); (ii) grafagens na forma de toponímias do racismo, de africanidades e presenças negras, do antirracismo e do branqueamento/apagamento de referências negras nos lugares em mudanças toponímicas (lembrando que, como nos mostra Bourdieu em 'O poder simbólico' (1989), a nomeação é um ato de poder, assim nomeações e disputas toponímicas nos revelam sobre nossas relações raciais); (iii) quanto a formas materiais, como referências arquitetônicas de construções negras, monumentos ligados às relações raciais etc. Vemos aí que algumas grafias se tornam duradouras, absolutizam referências de lugares, constituem rugosidades que articulam passado e presente, mas olhamos também outras grafias de menor duração, temporárias ou mesmo efêmeras. Olhamos as múltiplas formas em que práticas culturais negras grafam os espaços: em expressões como o grafite ou as posses dos grupos de Hip Hop, na ocupação e uso de espaços públicos (como praças e ruas por grupos de capoeira e manifestações religiosas ' aqui no Rio de Janeiro vem ganhando força a lavagem do Cais do Valongo, importante lugar de memória negra) e a pluralidade das espacialidades das religiões de matrizes afro-brasileiras, com seus templos, locais de cultos, coletas, oferendas, que vêm passando, mais uma vez, por processos de periferização diante de pressões das violências físicas do racismo religioso, de regulações normativas de legislações urbanísticas e ambientais e mesmo pressões do mercado imobiliário. Enfim, estes são apenas alguns exemplos de como a leitura de grafagens espaciais das relações raciais nos ajudam a pensar as nossas dinâmicas urbanas e territoriais.



Um segundo exercício é a leitura de como as relações raciais se organizam *com* o espaço ou, trocando em outros termos, como temos uma organização espacializada das relações raciais. Aqui, miramos através de abordagens relacionais do espaço, as múltiplas formas em que o dado racial é mobilizado como regulador de relações e definidor de regimes em contextos de interação, conceito que buscamos em Erving Goffman (1975). Esta abordagem nos permite associar diferentes padrões de classificação racial (distintos em termos de critério classificatório, se corpóreo/biologizante ou cultural, e distinto no estabelecimento de fronteiras que são móveis, permitindo que a mesma pessoa possa ser classificada e situada em posições diferentes a cada contexto) com a classificação de contextos sociais de interação (a cada momento, há algo diferente 'em jogo', o que modifica padrões de comportamento). Assim, o espaço emerge como uma experiência para os sujeitos, que aprendem a se portar (ou, diria Bourdieu, incorporam *habitus* das relações raciais) a cada contexto, constituindo 'mapas mentais' que comportam fronteiras invisíveis, relações e sentimentos de pertencimento, estranhamento e mesmo repulsa de acordo com o contexto espacializado.

A ideia de 'lugar de negro', que dá título a um livro de Lélia Gonzalez e Carlos Hasenbalg (1982), é uma agenda antiga do Movimento Negro que diz respeito ao aprendizado dessa normatividade espacial. Assim, um mesmo indivíduo pode manter amistosas ('amigáveis'?) relações inter-raciais num contexto e em outro manifestar estranhamento e repulsa à presença negra. Exemplo caro disso é a nossa própria comunidade acadêmica: tenho colegas brancos que constituem trajetórias profissionais em departamentos sem nenhum colega negro (ou seja, passando até trinta anos ou mais de reuniões mensais de departamento sem nenhum negro em posição de horizontalidade, naquilo que José Jorge de Carvalho (2005) chamou de 'confinamento racial'), mas que vivem na universidade relações inter-raciais assimétricas, com (muitas vezes raros) estudantes negros e negros trabalhando em funções administrativas, serviços como xerox, limpeza, segurança, entre outros. A naturalização dessa convivência inter-racial, mas marcada pela assimetria, como sintoma de que vivemos uma 'democracia racial' e, portanto, não se fazem necessárias medidas de democratização de posições, passa por essa imaginação espacial de experiências ordenadas na forma de contextos de interações e formas de performatização (*habitus*) que não permitem transgressões. Obviamente, essa abordagem também nos ajuda a compreender que esses regimes são objeto de disputa e essas geografias simbólicas e da corporeidade vão também engendrar espaços de valorização da negritude (contextos onde a disputa do regime leva a uma significação positiva do ser negro, como os de manifestações culturais ou outras vinculadas à identidade negra) e mesmo territorialidades de resis-

tência, como espaços de juventude negra e mesmo os clubes negros, ainda existentes em diversos lugares do país.

O terceiro exercício que temos feito é a busca de compreensões da luta antirracismo a partir de raciocínios centrados no espaço, o que eu chamo de geografias da ação da luta antirracismo (SANTOS, 2019). Aqui, seguindo as pistas de Ana Clara Torres Ribeiro (2001; 2002; 2004) e do geógrafo alemão Benno Werlen (1993; 2000), que propõem um deslocamento analítico da leitura do espaço à leitura da ação e dos sujeitos, identificando suas espacialidades, buscamos pensar 'políticas de espaço' dos sujeitos, movimentos e lutas sociais antirracismo. Estas políticas de espaço compreendem, por exemplo, (i) apropriações (e tensionamentos) dos instrumentos da representação espacial e seus processos, como os mapeamentos de religiões de matriz afro-brasileira, por exemplo; (ii) grafagens no espaço vivido constituindo gramáticas do espaço urbano em políticas de memória, como as intervenções e pinturas que faz a Frente 3 de Fevereiro / Zumbi Somos Nós, em São Paulo, sobre os assassinatos de jovens negros, disputas por monumentos e equipamentos urbanos culturalmente referenciados, como as estações do VLT renomeadas na área central do Rio de Janeiro, reivindicada como Pequena África; (iii) as próprias políticas/disputas de lugar do Movimento Negro, como o caso Porto Maravilha & Pequena África no Centro do Rio de Janeiro, além de políticas como patrimonialização e musealização de artefatos, circuitos turísticos referenciados em cultura e memórias negras, entre outras. Temos observado também o recurso a uma 'política de escalas' - conceito proposto pelo geógrafo belga Erik Swyngedouw (1997) - do Movimento Negro, que mobiliza esferas políticas e institucionais internacionais (como as conferências da ONU ou cortes internacionais, como a da Organização dos Estados Americanos ou o Tribunal Internacional de Haia), e também 'políticas de território', como as reivindicações das comunidades quilombolas. Estas agendas envolvem, portanto, de um lado, a mobilização de conceitos e categorias chave da Geografia (território, lugar, escala) para compreender as espacialidades da ação antirracista, mas, de outro lado, vemos nitidamente a apropriação dessas ferramentas espaciais como informadoras das racionalidades e estratégias políticas do Movimento Negro. Daí, eu venho pensando em termos de 'repertórios espaciais de ação' na luta antirracismo (SANTOS, 2019).



Observamos no Brasil, desde a formação básica, uma lacuna no que concerne a questões raciais como elemento central na estruturação da sociedade brasileira. Tal lacuna se constitui e se multiplica em diversas dimensões socioespaciais, simbólicas, culturais que se traduzem num discurso amparado numa suposta neutralidade do sistema de ensino e também na produção

do conhecimento. Nesta perspectiva, como você analisa os desdobramentos da Lei nº 10.639/ 2003, que torna obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira, tanto no conteúdo curricular quanto nas práticas pedagógicas no ensino fundamental e médio? Como essas questões vêm sendo trabalhadas no ensino superior, uma vez que não é tratado pela referida lei? Como você percebe os impactos e desdobramentos dessa lei no que concerne aos territórios afrodiaspóricos brasileiros?

A Lei nº 10.639/03 foi uma conquista fundamental para a luta antirracismo no Brasil, porque ela incide sobre as estruturas institucionais educativas da nossa sociedade, buscando um equilíbrio das representações dos diferentes grupos que compõem a nação nos processos educacionais (posteriormente veio também a Lei nº 11.645/08, que dá destaque aos indígenas). Esta conquista é, na verdade, instrumento, pois não há aplicação automática, é preciso disputar as interpretações da Lei em cada instância aplicativa e é isto que o Movimento Negro faz, a utiliza como um trunfo em disputas que cada vez mais se revelam difíceis. Eu diria que, apesar de ela ser talvez a política de superação do racismo que mais mobilizou esforços da luta antirracismo nesses quase vinte anos - e muita coisa foi feita, diga-se de passagem! -, ela revela a complexidade do padrão brasileiro de relações raciais. Com efeito, a partir dela as disputas se multiplicaram. Como busca da superação do racismo nos ambientes de formação, ela incide sobre conteúdos, materiais e métodos pedagógicos, bem como sobre a gestão das relações raciais no cotidiano escolar, além das políticas de formação de quadros profissionais do campo da educação e de todas as políticas públicas para o campo. Tudo isso vem sendo disputado.

Na Geografia, desde 2007 começamos a discutir e apontar como ela implicaria em inserção e revisão de conteúdos. Começamos a desenvolver propostas que, obviamente, dialogassem de maneira efetiva com a realidade vivida por docentes em escolas nos mais diversos (e adversos) contextos, como realidades de periferia, pobreza, violência fora e dentro da escola, precariedade material, disputas ideológicas (envolvendo religiosas), entre outras questões que abordamos em trabalhos que publiquei e orientei. Dialogar a partir da realidade da docência nas escolas para mim sempre foi crucial, afinal considero a escola uma ambiência epistêmica, uma instituição com normas próprias (das escritas e das vivências) que regulam possibilidades e limites para quem nela está trabalhando. Portanto, não faz sentido eu, a partir da universidade, ditar currículos escolares. Analisamos livros didáticos antigos que encontramos e produzidos num intervalo de 15 anos ' publicados entre 2003, ano de promulgação da Lei nº 10.639/03, e 2018, última vez que fiz isso com meu grupo ², além de ter

participado como avaliador de obras em três edições do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) do Ministério da Educação (MEC), que seleciona os livros que serão distribuídos para escolas de todo o país.

Nos livros didáticos de Geografia predomina o que eu chamei de 'lógica de enxertos' (SANTOS, 2018), em que, para atender às exigências dos editais que obrigam o tratamento de temáticas da referida Lei, muitas coleções inserem alguns textos pontuais sobre a questão racial ou cultura negra, mas se mantêm organizadas a partir de matrizes eurocêntricas. Há poucas exceções de coleções que efetivamente levam a sério o tratamento destas temáticas e suas implicações em termos de mudança de visão de mundo, de si e do outro. De tudo, o que concluo é a complexidade do racismo na nossa sociedade, expressa em padrões de interpretação da Lei e comportamento nos quais o limite entre o fazer e o não fazer é extremamente tênue. Os comportamentos predominantes giram entre a recusa por mudar qualquer coisa no que já se faz e fazer aquilo que altera o mínimo possível no que já se faz. Por exemplo, já vi a incorporação do dia 20 de Novembro como Dia da Consciência Negra no calendário escolar. Um dos pontos do texto da Lei é ter a proposta por um docente em escola de um ciclo de atividades de um mês e, ao final da discussão coletiva, isso virar uma atividade de uma hora e meia, da qual eu participei e vi docentes nitidamente boicotando, se ausentando, negando a 'liberação' de suas turmas ou fazendo discursos contrários. No ensino superior também há muita recusa à mudança de conteúdos e, ao mesmo tempo, há negação à criação de disciplinas específicas.

Recorro ao trabalho de análise psicossocial do racismo no campo da psicologia política de Leôncio Camino (2001), que nos mostra no caso brasileiro como o racismo se sofisticou. Ele mostra a passagem das formas abertas e manifestas de classificação, hierarquização e subalternização racial (como do livro didático de Moisés Gicovate, em 1944, que abordei anteriormente) para novas formas, mais sutis, sofisticadas, envoltas em discursos igualitários, mas que negam a adoção de medidas que tomem a igualdade como um resultado de ações concretas e que precisa, então, de esforços. Em nome de uma igualdade que é uma premissa abstrata, que não se verifica na realidade, negam-se ações que buscam alcançar igualdade substantiva, real e concreta em resultados sociais. É o que Camino (2001) e diversos autores e autoras, como Taguieff (1997), chamam de 'novo racismo'. Essa configuração do racismo torna o desafio da implementação da Lei n° 10.639/03 ainda mais difícil, tanto no ambiente escolar quanto no ensino superior.



Nas duas últimas décadas as universidades tiveram um ingresso maior de pessoas negras em razão de políticas afirmativas, como as cotas raciais. Você tem dado uma centralidade a essa questão, tendo publicado diversos textos analisando educação antirracista, ações afirmativas e ensino de geografia. Considerando isto, como você avalia os desdobramentos da presença negra nas universidades, na formação de geógrafos/as, no pensamento e no currículo acadêmico sobre o espaço no Brasil?

Essa questão é muito importante, porque ela nos obriga a uma avaliação do que vem sendo feito desde 2003, quando começaram as primeiras experiências de cotas para o ingresso de estudantes negros e negras em universidades: na UERJ (onde eu, então, era professor), na Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF) e na Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Desde então, dezenas de universidades e algumas leis estaduais definiram a adoção de variações dessas políticas, até a Lei Federal nº 12.711/2012, sendo importante mencionar que recentemente temos visto também algumas universidades ou programas adotando cotas na pós-graduação. Eu sempre vi isso como uma importante vitória e também como trunfo da luta antirracismo, pois como professor comecei a viver numa universidade diferente da que eu experimentei como estudante de graduação e mestrado nos anos 1990. Recentemente eu assisti a um debate na internet com Vilma Reis, uma socióloga e ativista baiana que é importante referência no Movimento de Mulheres Negras, que reforçou enfaticamente essa minha avaliação, dizendo que o Movimento Negro, nessas quase duas décadas, vem mudando a composição racial da universidade brasileira. Ainda que tenhamos diferenças entre os campos (em áreas como as médicas isso ainda é menos sentido do que nas humanas), a presença negra hoje na universidade é contrastante com a realidade dos anos 1990. Essa presença é distinta tanto na quantidade quanto em dimensões 'qualitativas', porque é uma diferença politizada: o ingresso a partir de (ou num ambiente marcado por) políticas públicas resultantes de conquistas coletivas altera o significado dessa presença.

Gosto de tomar de empréstimo a feliz expressão do educador Miguel Arroyo (2012), que tem um texto no qual diz que 'os movimentos sociais reeducam a educação', a partir dessa politização da presença de estudantes por políticas públicas conquistadas. Assim, vejo o Movimento Negro Brasileiro hoje disputando a universidade por dentro, tentando reeducar a universidade a partir dessa presença negra politizada. Tenho dito que essa presença negra é sentida em três dimensões. Primeiro, numa dimensão físico-corpórea, com mais pessoas negras nos espaços da universidade, obrigando a mudanças nas relações raciais, porque elas agora estão em posições que antes

não ocupavam, como discentes de graduação e pós-graduação, mas também como docentes. Corpos negros ocupando posições em que antes não eram vistos impõem mudanças nos padrões de sociabilidade da universidade e o racismo passa a ser mais denunciado, combatido. O corpo, além de marcador social da diferença, também é performatizado, então vemos estéticas negras nesses ambientes disputando legitimidades. Em segundo lugar, temos uma maior presença política negra na universidade, com a formação de coletivos de estudantes e de docentes que disputam as/nas instâncias da universidade essas políticas afirmativas, alterando os jogos políticos das instituições. Em terceiro, esta presença também se reveste de uma dimensão epistêmica, com a exigência do reconhecimento e valorização de temas, aportes teóricos e deslocamentos epistemológicos, tensionando cânones eurocêntricos. Isto cria não apenas (como tenho visto e vivido) novas disciplinas sobre as temáticas raciais e com outros referenciais, mas temos visto também outras instâncias da vida acadêmica, como congressos e revistas tradicionais, abrindo espaços (ainda pequenos, diga-se de passagem), criando grupos de trabalho, dossiês, entre outras ações sobre nossas temáticas e referências. Eu diria que a nossa academia, obviamente, ainda é hegemônica pelo eurocentrismo, mas pelo menos conseguimos hoje, mais do que em décadas atrás, transformá-la numa arena na qual podemos disputar.

Na Geografia, creio que esse processo pode ser visto com a centralidade da Associação dos Geógrafos Brasileiros. Com efeito, ao longo da última década, desde 2010, os Encontros Nacionais de Geógrafos que a entidade organiza a cada dois anos tiveram espaços importantes dedicados às temáticas raciais. Todos tiveram, por exemplo, mesas redondas sobre a temática racial (além de gênero e outros temas historicamente invisibilizados), com a presença de intelectuais e ativistas negros e negras da Geografia e de outros campos, além de seções temáticas para apresentação de trabalhos específicos sobre o assunto. Isso, num contexto de ingresso crescente de discentes negros e negras nas universidades em departamentos cujos corpos docentes eram majoritariamente brancos e não tinham familiaridade com a discussão, criou e difundiu referências para esses ingressantes, fortaleceu alguns poucos grupos de pesquisa sobre o tema e coletivos de estudantes negros e negras, criando diálogos e articulações. É dessa forma que a Geografia vem sendo disputada, com muitos desses estudantes atualmente ingressando em programas de pós-graduação propondo tais temáticas.



Em artigo para a revista YUYAYKUSUN, a partir de uma leitura decolonial e ao mesmo tempo geográfica, você aborda as diversas dimensões constituídas na relação entre o racismo e outros princípios de dominação/exploração/hierarquização (SANTOS, 2013). Gostaríamos que você discorresse sobre como as categorias geográficas podem ser mobilizadas pela luta anti-racista e para sua compreensão.

Creio ter dialogado um pouco com essa questão em respostas anteriores, mas vale retomar e desenvolver algumas coisas ainda. Apontei como recentemente a luta antirracismo vem se apropriando de ferramentas de representação espacial na forma de mapeamentos e também mobilizando categorias de leitura espacial da Geografia como chaves para a ação (políticas de escalas, lutas por território, disputas de lugar). Poderia apontar diversos outros exemplos nesse sentido, da mobilização de raciocínios espaciais nas estratégias de ação, como a escolha de lugares de memória para o acionamento de sentidos de pertencimento em manifestações públicas. Para ficar em apenas um exemplo, no Rio de Janeiro, as últimas manifestações contra o atual Governo Federal e sua condução de uma pandemia que já levou a quase 600 mil mortes enquanto eu respondo a estas perguntas têm sido realizadas junto a uma estátua de Zumbi dos Palmares, na Praça Onze, região outrora batizada de Pequena África. Isto mostra o acionamento estratégico da potência mobilizadora do lugar. Mas, no tocante à relação entre o racismo e outros princípios de dominação/exploração/hierarquização, o recurso às ferramentas da análise geográfica também se mostra profícuo e urgente.

Afirmar acima que esta compreensão plural e heterárquica do capitalismo embarralha os princípios como raça, classe, gênero, sexualidades, cultura, espiritualidade, episteme, entre outros. Isto conduz a processos dinâmicos e contextualizados de classificação, hierarquização e subalternização, em que raça se simbiotiza com e se transmuta nestes outros princípios. Tal aspecto, que nos obriga a ampliar e deslocar atenções analíticas da raça para a racialização, é que desdobra o racismo em variantes como racismo religioso, racismo ambiental (que aparece na forma de desigualdades racializadas em termos de qualidade e impactos ambientais) ou racismo institucional (em que instituições complexas acabam oferecendo resultados racialmente desiguais de seu funcionamento, caso de instituições policiais e de segurança, educativas, médicas, entre outras), por exemplo. Como significativo dinâmico, contextualizado, atribuído a indivíduos e/ou grupos em processos de subalternização, a racialização pode ser imputada a indivíduos, grupos, comunidades, símbolos, práticas culturais e ambientais, levando, assim, a diversas formas de espacialização. Comunidades são

racializadas, ou seja, sofrem os efeitos da lógica de classificação, hierarquização e subalternização em que consiste o racismo, isto na relação com outros grupos sociais e instâncias do Estado. Isto complexifica e sustenta o racismo e seus resultados sociais mesmo diante da emergência de ordenamentos jurídicos penalizadores das formas 'tradicionais' de discriminação aberta e manifesta. Assim, creio que a leitura espacial/espacializada das articulações de diferentes formas de dominação/exploração/hierarquização nos permite conectar a racialização de espaços com as desigualdades sociais, fornecendo chaves para a disputa de políticas públicas como uma dentre outras estratégias de luta antirracismo.

Quais são os desdobramentos da luta do Movimento Negro Brasileiro na geografia contemporânea?

Eu diria que o Movimento Negro Brasileiro está dentro da Geografia, a partir da minha visão do que é o Movimento Negro. Eu o vejo a partir das lentes analíticas do italiano Alberto Melucci (1994), que propõe pensar os movimentos sociais como 'áreas' ou 'campos' de ativismos, compostos por indivíduos, grupos, organizações. Assim, movimentos não são 'entidades' e, no caso do Movimento Negro, isso é flagrante e imperativo. Por mais que tenha havido em diversos momentos importantes tentativas de constituição de uma unidade organizativa e institucional do Movimento, da qual a mais importante foi a criação, em 1978, do Movimento Negro Unificado (MNU) (que também não abrangeu todas as iniciativas e creio não ter sequer tido essa pretensão), o Movimento Negro Brasileiro sempre se moveu como um amplo e diverso conjunto de iniciativas ativistas. Além disso, o movimento obviamente também é constituído por diversas formas de vínculos e arenas de disputas, nas quais se constroem diretrizes hegemônicas de luta, de identidade, de objetivos, entre outros aspectos. Aproximo-me, assim, da forma como Joanildo Burity (2001) se apropria dessa ideia de 'área' de movimento ao analisar as práticas associativas locais na periferia do Recife 'aproximando a concepção de Melucci (1994) do conceito de 'campo' de Pierre Bourdieu (1996), algo que envolve constituição de unidade e diversidade na constituição de seu devir.

Dessa maneira, para mim, Movimento Negro compreende instituições, organizações, mas também ativismos de indivíduos, que transformam em arena da luta antirracismo os seus espaços de atuação. É neste sentido que eu digo que o Movimento Negro está na Geografia: há geógrafos e geógrafas negros e negras disputando a Geografia, atuando na luta antirracismo na Geografia e, a partir da Geografia, na sociedade. Estamos falando de sujeitos que não se dissociam epistemicamente (ou seja,



teórica e politicamente) de seus objetos de investigação e análise, se posicionam e assumem as consequências epistêmicas disso. Grande parte desses sujeitos militam ou já militaram em outras esferas de ativismo antirracismo. Obviamente, me vejo nessa condição, junto com muitas outras pessoas na Geografia brasileira. Nesse sentido, o Movimento Negro vem disputando a Geografia, questionando seus papéis históricos como suporte ao racismo no passado e no presente, produzindo conhecimento sobre as relações raciais, mobilizando as categorias e instrumentos da representação espacial e dos raciocínios espaciais como ferramentas em disputas territoriais, disputas de visões de mundo e processos formativos, disputas por políticas públicas, enfim, o conjunto de disputas visando a superação do racismo na nossa sociedade.

Sendo o racismo um elemento estrutural da sociedade brasileira, podemos considerá-lo um agente central na produção do espaço urbano? Há uma variação nessa lógica de produção considerando as diferenças regionais?

Eu não usaria o termo 'agente' por ser um conceito que, tensionado em relação a outros como ator e sujeito, remete a indivíduos e grupos que compõem um todo social. Agente 'age'. O racismo, sistema de dominação, 'regula' os comportamentos dos agentes, então eu chamaria de dimensão ou princípio regulador, aí sim, central para os nossos processos de produção do espaço urbano. Mencionei acima, por exemplo, como verificamos padrões de segregação assemelhados em cidades de tamanhos, idades e históricos diferentes. Quando eu organizei o livro 'Diversidade, espaço e relações étnico-raciais: o negro na Geografia do Brasil' (SANTOS, 2007), consegui autorização e publiquei um texto do demógrafo Eduardo Rios-Neto e Juliana Riani (2007) que mostrava padrões semelhantes de segregação racial em sete grandes cidades: Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo. Mostrando mapas feitos com os dados do Censo de 2000 do IBGE, o texto mostrava que os bairros com maiores proporções de negros eram aqueles com maior proporção de população abaixo das linhas de pobreza e indigência, com os piores indicadores de condições habitacionais, infraestrutura e serviços públicos. Já vi estudos mostrando esses mesmos padrões também em cidades médias no Sul, no Sudeste e em Goiânia, no Centro-Oeste.

A análise regional aí revela duas dimensões. Primeiramente, a semelhança de padrões espaciais 'os bairros com maior proporção de negros tinham as piores condições em todas as cidades no Sul, Sudeste e Nordeste. Importante pensar: padrões semelhantes de segregação racial em cidades de formação colonial e com séculos

de história, que atravessaram diversos ciclos econômicos da economia primário-exportadora-escravista e também a industrialização, mas também em cidades como Belo Horizonte e Goiânia, que foram fundadas no século passado apenas. Isso indica o papel do racismo no nosso ciclo de industrialização por substituição de importações e seus profundos e robustos processos associados de transformação territorial, como as migrações internas, a modernização e interiorização da agricultura e, em particular aqui, a urbanização (tanto na metropolização quanto na formação de cidades médias). Esse papel, mostra esse estudo, é nacional e nos obriga a reposicionar as diferenças regionais na leitura de padrões raciais. A integração nacional levada a cabo pelo processo de industrialização por substituição de importações teve como uma de suas facetas a integração das lógicas de organização territorial, o que não quer dizer homogeneização, mas funcionamentos conjuntos e nacionalização de fatores. Esta semelhança na incidência da variável racial na organização das nossas cidades deve ser pensada dentro desse raciocínio. Isto nos impõe novas formas de pensar as diferenças regionais, distintas das que orientaram a formulação do Projeto Unesco de pesquisas sobre as relações raciais na década de 1950, por exemplo. Este projeto foi formulado num estágio ainda inicial da integração nacional, num Brasil ainda marcado pela estrutura que a literatura chamou de 'Padrão Arquipélago', onde a diferença e a autarquização de lógicas subordinadas aos vínculos com o exterior davam mais força às especificidades regionais das próprias relações raciais. Tal projeto frutificou estudos bastante distintos (em termos de premissas, metodologias, enfoques) no Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador e Recife.

Por outro lado, olhando o mesmo estudo de Rios-Neto e Riani (2007), observamos que as faixas de proporções de negros (ou podemos assumir, aqui, de populações não-brancas) que configuram as áreas de ponderação mostradas em cada cidade variam: para Curitiba, os bairros com maiores proporções de negros vão de 17,1% a 31,5%, no Rio de Janeiro vão de 51,3% a 64,1%, enquanto em Salvador vão de 78,9% a 89,9%. Isto quer dizer que a faixa dos bairros com menor proporção de negros em Salvador, que começa com 29,0% e vai até 42,9%, quase na sua totalidade supera os bairros com maior proporção em Curitiba, assim como em Porto Alegre, onde a maior faixa vai de 22,8% a 32,1% de negros. Estamos falando de diferentes padrões de branquidade, de confinamento racial e menor convivência com negros (provavelmente, também em condições assimétricas) dos grupos dominantes. Tais padrões de convivência interferem nas formações de subjetividades dos sujeitos, de forma que podemos pensar em correlações entre esses diferentes padrões regionais e o estabelecimento de formas de criação e performatização de fronteiras classificatórias



' a fronteira entre branca e não-branca pode ser diferente em Salvador e Curitiba, por exemplo. É evidente que este fenômeno, do estabelecimento de fronteiras classificatórias e processos de etnogênese, tem influência de diversos outros processos e fenômenos históricos, como as diferenças na recepção de imigrantes brancos no projeto que constituiu uma política de branqueamento da população entre os séculos XIX e XX. Também interferem as diferenças em termos de recepção de migrações inter-regionais a partir da industrialização por substituição de exportações, sobretudo na segunda metade do século XX. Carlos Vainer (1990) tem um ótimo texto mostrando essa dimensão racial na história das políticas migratórias no Brasil tanto na recepção de fluxos externos quanto internos entre regiões, entre outros fatores. Áreas receptoras de grandes fluxos (como o Sudeste, que recebeu grandes fluxos de nordestinos, e o extremo oeste, que recebeu nordestinos e sulinos, por exemplo) vão ter a origem regional como fator complexificador das fronteiras de classificação racial. Mesmo com essas variações regionais, no entanto, a fronteira principal permanece sendo entre brancos e não-brancos (por mais que a formação dos grupos varie em seus critérios) e é ela que marca os padrões de segregação racial nas cidades. Portanto, temos muitas agendas a serem ainda estudadas na compreensão das formas como o racismo, enquanto elemento estrutural dos nossos projetos hegemônicos de sociedade, regula a produção do espaço urbano no Brasil, provocando semelhanças nacionais e, ao mesmo tempo, dimensões de diferenças regionais.

É possível decolonizar a geografia? Neste sentido, quais são os desafios que estão colocados para geógrafos e geógrafas?

Acho importante ter a busca da descolonização como um horizonte utópico da prática científica. Se é possível, é muito difícil dizer... A ciência, e a Geografia em particular, foi desenvolvida como uma construção moderno-colonial. É possível transformá-la numa ferramenta a serviço de lutas anti-hegemônicas, o que não significa descolonizar. Neste sentido, a absorção de uma vigilância crítica sobre os efeitos de poder é um reencontro crítico fundamental. No caso da Geografia, precisamos refletir sobre o que foi construído (e destruído!) a partir da mobilização de categorias, conceitos e noções como, por exemplo, vazão demográfico, região natural, atraso e avanço, entre outras, seus papéis na produção de classificações e hierarquias, desqualificações de grupos e formas de existir que se traduziram (e ainda se traduzem) em violências diversas. Isso implica, portanto, tensionarmos o caráter múltiplo da Geografia, como campo do conhecimento científico mobilizado tanto como saber prático no planejamento do

território quanto como ferramenta de construção, inculcação e controle de visões de mundo, através da sua inserção como disciplina escolar.

Sendo talvez um pouco mais modesto, então, ao invés de pensar em 'descolonizar' a Geografia, buscar constituir uma agenda descolonial já é um grande passo. Algumas pessoas vêm tentando isso. Por exemplo, Valter Carmo Cruz (2017), num capítulo do livro 'Geografia e Giro Descolonial', que ele próprio organiza, tenta ao final organizar uma agenda, um conjunto de desafios para que a Geografia incorpore um projeto de descolonização da disciplina: desafios que vão desde as matrizes teóricas, dimensões metodológicas, construção dos objetos, entre outros.

Eu vejo a perspectiva do giro descolonial trazendo um conjunto de questões para todo o conhecimento científico e três agendas me chamam a atenção: primeiramente, a crítica ao conhecimento científico ' que envolve suas práticas, suas matrizes epistêmicas e a relação com outras formas de conhecimento, seus efeitos de poder; seguidamente, uma busca pela releitura das relações de poder, com a complexificação da compreensão crítica das formas de dominação, exploração e opressão, bem como a valorização das experiências de resistências dos subalternizados; e, assim, em terceiro, uma releitura do mundo e dos processos históricos que nos trouxeram à contemporaneidade, à ordem moderno-colonial. Tais agendas assim sintetizadas (é importante sublinhar que estou aqui buscando uma formulação curta desses desafios), para dialogar com um campo de conhecimento específico, caso da Geografia, colocam desafios que têm que ser também específicos. Gosto de pensar, então, quais são as contribuições da Geografia para um projeto societário descolonizador. Vejo esse desafio a partir de dois núcleos, olhando para esforços que creio que já vêm sendo feitos por alguns geógrafos e geógrafas.

A primeira contribuição de uma Geografia num projeto descolonial que eu vejo está na busca da validação do deslocamento (ou, melhor dizendo, da pluralização) de lócus e sujeitos da produção de conhecimento. Carlos Walter Porto-Gonçalves (2009) chama isso de valorização (teórica e política) dos sujeitos que falam a partir de outros *topoi*, ou seja, de lugares de possíveis epistemes emancipatórias. Ele traz o exemplo do uso da nomeação 'Abya Yala', dos povos Kuna, em substituição à ideia moderno-colonial de América, como exemplo de luta por conhecimento e reconhecimento através da disputa de nomeação. É, na verdade, um esforço no projeto de pluralização de racionalidades, fazendo o que o indiano Dipesh Chakrabarty (2000) chamou de provincianização da Europa e, a partir do reconhecimento de múltiplas agências possíveis na produção de conhecimento, buscar, então, a desprovincianização



da razão ' projeto a que Boaventura de Sousa Santos vem também se dedicando. Creio que a Geografia, enquanto ferramenta de produção e inculcação de *imago mundi* e classificação de contextos espaciais, tem papel fundamental nisso. Caímos, então, na tensão entre produzir (i) geografias das diferenças e (ii) geografias dos diferentes (como as Geografias Feministas ou Geografias Negras). Eu venho buscando algo híbrido entre essas duas coisas, algo como (iii) leituras geográficas *a partir* dos diferentes e das diferenças. Isto significa mobilizar as ferramentas da análise geográfica para construir análises espaciais a partir do lócus epistêmico dos sujeitos e grupos desfavorecidos. O conceito de branqueamento do território, que abordei brevemente acima, tenta seguir essa agenda, sendo uma tentativa de releitura da formação do território brasileiro a partir das experiências dos grupos não-brancos, que experimentaram e experimentam expulsão, dizimação, incorporação subalternizante tanto do ponto de vista de seus corpos racializados quanto de suas matrizes culturais e narrativas sobre si e seus territórios. É um esforço de releitura ou de construção de outra leitura sobre nossa formação territorial, uma 'geografia da diferença', no sentido de uma leitura de como a diferença se faz espaço, informa espacializações, e uma 'geografia a partir dos diferentes', na medida que valoriza suas experiências e seus lócus como agência epistêmica da produção de conhecimento.

Um segundo movimento que considero importante numa contribuição da Geografia para um projeto descolonial de sociedade é a busca pela construção e validação de outras imaginações de espaço. Aqui, creio ser útil valorizar uma autora que, mesmo não sendo propriamente identificada com a perspectiva descolonial, deu importantes contribuições críticas mostrando como imaginações de espaço se constituem em ferramentas de controle de raciocínios políticos, práticos e teóricos. Refiro-me à inglesa Doreen Massey (2004) que, em seu esforço de construção de uma geografia feminista, chama a atenção de como a construção e imposição de uma ideia de mundo como unidade e totalidade (espaço geográfico) opera com concepções fechadas de espaço que lastreiam o patriarcado e outras ordens de poder. Para ela, essa ideia de uma unicidade espacial impede a possibilidade do respeito à coexistência dos diferentes, pois naturaliza os efeitos perversos da planetarização de matrizes de relações que o capitalismo e o eurocentrismo promovem. Assim, ela sugere que sejam desenvolvidas outras concepções de espaço e propõe pensá-lo como coexistência da(s) diferença(s). Portanto, pensar o espaço como diversidade, esfera de multiplicidade e, desse modo, como um devir aberto, o que sinalizaria para uma pluralidade de futuros possíveis a partir das infinitas combinações e relações políticas entre essas existências, grupos e sujeitos diversos. Esse espaço, segundo Massey, seria definido como a esfera do

encontro: espaço como encontro e relações entre sujeitos e grupos, espaço como fluxos de relações, em oposição à imaginação do espaço como superfície que é mensurável e, no limite, finita. Creio que esta proposição de uma outra imaginação espacial de Doreen Massey é fértil e necessária enquanto contribuição da Geografia num projeto descolonial de sociedade. Deslocamento e pluralização dos lócus e sujeitos enunciadorees (de conhecimento, em relações de poder) dependem desse reconhecimento da diferença e da pluralidade. Então, creio que a busca de uma imaginação de espaço que lastreie isso é tarefa e contribuição colocada para geógrafos e geógrafas num projeto de sociedade dedicado à descolonização.

Notas

1 Nota dos Editores – Na medida em que há controvérsias sobre qual o termo correto a usar em português e espanhol, "decolonial" ou "descolonial", mantivemos a enunciação do primeiro pelos entrevistadores e do segundo pelo entrevistado.

2 Cf.: NEGRAM – Núcleo de Estudos e Pesquisas em Geografia, Relações Raciais e Movimentos Sociais. Redes sociais: https://www.instagram.com/negram_ufrj/ e <https://www.facebook.com/negram.ufrj>.

Referências

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Carajás: Guerra dos Mapas**. Belém: Editora Falangola, 1994.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. **Terras tradicionalmente ocupadas**: processos de territorialização, movimentos sociais e uso comum. Manaus: mimeo, 2006 (versão revista e ampliada de texto originalmente publicado pela Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, vol. 6, n. 1, 2004, p. 9-32).

ARROYO, Miguel. Os movimentos sociais reeducam a Educação. In: ALVARENGA, Marcia Soares de et al. (Orgs). **Educação popular, Movimentos Sociais e Formação de Professores**: outras questões, outros diálogos. Rio de Janeiro: Eduerj, 2012.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa; Rio de Janeiro: DIFEL; Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papiurus, 1996.

BURITY, Joanildo. **Identidade e múltiplo pertencimento nas práticas associativas locais**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Série Textos para Discussão, nº 108, 2001.

CAMINO, Leôncio et al. A face oculta do racismo: uma análise psicossociológica. In: **Revista Psicologia Política**, v. 1, n. 1, 2001, p. 13-36.

CARVALHO, José Jorge. **Inclusão étnica e racial no Brasil**: a questão das cotas no Ensino Superior. São Paulo: Attar Editorial, 2005.

CARVALHO, Maria do Carmo A. A.; RIBEIRO, Matilde (Orgs.). **Gênero e raça nas políticas públicas**: experiências em Santo André ' SP. São Paulo: Pólis, 2001.



- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes do fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.
- CHAKRABARTY, Dipesh. **Provincializing Europe**: Postcolonial Thought and Historical Difference. Princeton: Princeton University Press, 2000.
- CRENSHAW, Kimberlé. Mapeando as margens: interseccionalidade, políticas de identidade e violência contra mulheres não-brancas. Tradução de Carol Correia, 2017. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/mapeando-as-margens-interseccionalidade-politicas-de-identidade-e-violencia-contra-mulheres-nao-brancas-de-kimberle-crenshaw%E2%80%8A-%E2%80%8Aparte-1-4/>. Acesso em: 17 ago. 2022.
- CRUZ, Valter do Carmo. Geografia e pensamento decolonial: notas sobre um diálogo necessário para a renovação do pensamento crítico. In: CRUZ, Walter do Carmo; OLIVEIRA, Denilson Araújo de (Orgs.). **Geografia e giro decolonial**: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017.
- ESCOLAR, Marcelo. **Crítica do discurso geográfico**. São Paulo: HUCITEC, 1996.
- FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. 2 ed. Trad. J. L. de Melo. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1979.
- GARCIA, Antonia dos Santos. **Desigualdades raciais e segregação urbana em antigas capitais**: Salvador, cidade d'Oxum e Rio de Janeiro, Cidade de Ogum. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- GICOVATE, Moisés. **Geografia Geral**. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1944.
- GOFFMAN, Erving. A representação do eu na vida cotidiana. Petrópolis: Vozes, 1975.
- GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de Negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.
- GROSFUGUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.
- HARLEY, John Brian. Mapas, saber e poder. **Confins - Revista Franco-Brasileira de Geografia**, n. 5, 2009. Disponível em: <http://confins.revues.org/index5724.html>.
- HARVEY, David. **A Justiça Social e a Cidade**. São Paulo: Editora HUCITEC, 1980.
- HIRSCHMAN, Albert. **A retórica da intransigência**: perversidade, futilidade, ameaça. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- hooks, bell. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 16, 2015, p. 193-210. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/mrjHhJLHZtfyHn7Wx4HKm3k/?lang=pt>. Acesso em: 15 ago. 2022.
- KONTOPOULOS, Kyriakos. **The logics of social structure**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
- LACOSTE, Yves. **A Geografia - isso serve**, em primeiro lugar, para fazer a Guerra. Campinas: Papirus, 1988.
- LAO-MONTES, Agustin. Hilos descoloniales. Trans-localizando los espacios de la diáspora africana. **Tabula Rasa**, Bogotá, n. 7, 2007, p. 47-79. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/tara/n7/n7a03.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2022.
- LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3, 2014. p. 935-952. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755>. Acesso em: 16 ago. 2022.
- MASSEY, Doreen. Politics and space/time. In: KEITH, Michael; PILE, Steve. **Place and the politics of identity**. London: Routledge, 1993, pg. 141-161.
- MASSEY, Doreen. Spaces of politics. In: MASSEY, Doreen; ALLEN, John; SARRE, Phil. (orgs.). **Human Geography today**. Cambridge: Polity Press, 1999, pp.279-294.
- MASSEY, Doreen. Filosofia e política da espacialidade: algumas considerações. **Geographia**, Niterói, v. 6, n. 12, 2004, p. 7-23. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13477>. Acesso em: 13 ago. 2022.
- MCKITTRICK, Katherine. On Plantations, Prisons, and a Black Sense of Place. **Social & Cultural Geography**, v. 12, n. 8, 2011, p.

947-963. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/14649365.2011.624280>. Acesso em: 12 ago. 2022.

MELUCCI, Alberto. Qué hay de nuevo en los nuevos movimientos sociales?. In: GUSFIELD, Joseph; RODRÍGUEZ-CABELLO, Enrique Laraña. **Los nuevos movimientos sociales: de la ideología a la identidad**. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas, 1994.

MEMMI, Albert. **Retrato do Colonizado precedido pelo Retrato do Colonizador**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1977.

MIGNOLO, Walter. **Histórias locais / projetos globais: Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

MIGNOLO, Walter. *Habitar la frontera: sentir y pensar la descolonialidad* (Antología, 1999-2014). Barcelona: CIDOB; UACJ, 2015.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. **Pan-Africanismo na América do Sul: Emergência de uma rebelião negra**. Petrópolis: Editora Vozes, 1981.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Entre América e Abya Yala: tensões de territorialidades. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 20, 2009, p. 25-30. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/16231>. Acesso em: 11 ago. 2022.

QUIJANO, Aníbal. ¡Que tal raza! **Ecuador Debate**, Quito: Centro Andino de Acción Popular/CAAP, n. 48, 1999, pp. 141-151.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Faces ativas do urbano: mutações num contexto de imobilismos. In: RIBEIRO, Ana Clara Torres (org.). **Repensando a experiência urbana na América Latina: questões, conceitos e valores**. Buenos Aires: CLACSO, 2001.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Sentidos da ação e lutas por protagonismo em contextos metropolitanos: fragmentação na periferia do capitalismo. In: **VII Seminário Internacional da Red Iberoamericana de Investigadores sobre Globalización y Territorio**, Camagüey, Cuba, 2002. Versão mimeo.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. **Por uma Cartografia da Ação**: pequeno ensaio de método: Projeto do Observatório LASTRO. 01. ed. Rio de Janeiro: 2001/2004, mimeo.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

RIOS-NETO, Eduardo; RIANI, Juliana de Lucena Ruas. Desigualdades raciais nas condições habitacionais na população urbana. In: SANTOS, Renato Emerson dos. (org.) **Diversidade, Espaço e Relações Étnico-Raciais: O Negro na Geografia do Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre as ciências revisitado**. São Paulo: Cortez, 2004.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo: EDUSP, 2002.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, Renato Emerson dos. Repertórios espaciais de ação na luta anti-racismo: o caso da Pequena África no Rio de Janeiro. In: SÁNCHEZ, Fernanda; MOREIRA, Paula Cardoso (Orgs.). **Cartografias do conflito no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2019. Disponível em: <https://neplacettern.wixsite.com/cartografiasconflito>. Acesso em: 10 jul. 2022.

SANTOS, Renato Emerson dos. A Lei 10.639 no PNLD de Geografia: um ensaio sobre questões, mudanças e permanências. In: TONINI, Ivaine et al. (orgs.). **Geografia e livro didático: para tecer leituras de mundo**. São Leopoldo: Oikos, 2018, p. 29-49.

SANTOS, Renato Emerson dos. Sobre espacialidades das relações raciais: raça, racialidade e racismo no espaço urbano. In: SANTOS, Renato Emerson dos (Org.) **Questões urbanas e racismo**. Petrópolis: DP et Alíi ; Brasília: ABPN, 2012.

SANTOS, Renato Emerson dos (Org.) **Questões urbanas e racismo**. Petrópolis: DP et Alíi ; Brasília: ABPN, 2012.



SANTOS, Renato Emerson Nascimento dos. Ativismos cartográficos: notas sobre formas e usos da representação espacial e jogos de poder. **Revista Geográfica de América Central**, v. 2, n. 47E, 2011, p. 1-17. Disponível em: <https://www.revistas.una.ac.cr/index.php/geografica/article/view/2299>. Acesso em: 15 jun. 2022.

SANTOS, Renato Emerson dos (Org.). **Diversidade, Espaço e Relações Étnico-Raciais: O negro na Geografia do Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007

SANTOS, Renato Emerson dos. O movimento negro brasileiro e sua luta anti-racismo: por uma perspectiva descolonial. **Yuyaykusun**, n. 6, 2013, p. 93-108. Disponível em: <http://revistas.urp.edu.pe/index.php/Yuyaykusun/article/view/257>. Acesso em: 20 jul. 2022.

SANTOS, Renato Emerson dos et al. Disputas de lugar e a Pequena África no Centro do Rio de Janeiro: Reação ou ação? Resistência ou r-existência e protagonismo?. In: RENA, Natacha; FREITAS, Daniel; SÁ, Ana Isabel; BRANDÃO, Marcela (Orgs.). **Seminário Internacional Urbanismo Biopolítico**. Belo Horizonte: Fluxos, 2018, p. 464-491.

SEGATO, Rita Laura. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. **e-cadernos CES**, n. 18, 2012, p.106-131. Disponível em: <https://journals.openedition.org/eces/1533>. Acesso em: 29 jun. 2022.

SWYNGEDOUW, Erik. Neither Global nor Local: Glocalization and the politics of scale. In: COX, Kevin R. (Org.). **Spaces of globalization: reasserting the power of the local**. New York; London: The Guilford Press, 1997, p. 137-166.

TAGUIEFF, Pierre-André. **O racismo**. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.

VAINER, Carlos. Estado e raça no Brasil: notas exploratórias. **Estudos Afro-Asiáticos**, n. 18, p. 103-118, 1990.

VENTURA, Vânia Oliveira. **Pedra do Sal: patrimônio cultural/museu**. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. 2016.

WALLERSTEIN, Immanuel. Universalismo, racismo y sexismo, tensiones ideológicas del capitalismo. In: BALIBAR, Étienne; WALLERSTEIN,

Immanuel. **Raza, Nación y Clase**. Madri: Iapala, 1988.

WALSH, Catherine. (De)construir la interculturalidad: consideraciones críticas desde la política, la colonialidad y los movimientos indígenas y negros en el Ecuador. In: FULLER, Norma (Org.). **Interculturalidad y política: desafíos y posibilidades**. Lima: Red para el desarrollo de las ciencias sociales en el Perú, 2002, p. 115-142.

WERLEN, Benno. **Society, Action and Space: An Alternative Human Geography**. Londres: Routledge, 1993.

WERLEN, Benno. Regionalismo e sociedade política. **GEOgraphia**, Niterói, vol. 2, n. 4, 2000, p. 7-25. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13384>. Acesso em: 17 ago. 2022.



